



Vencimento das Concessões do Setor Elétrico

**ENERGIA
A PREÇO
JUSTO**
BASTA CUMPRIR A LEI.



O problema

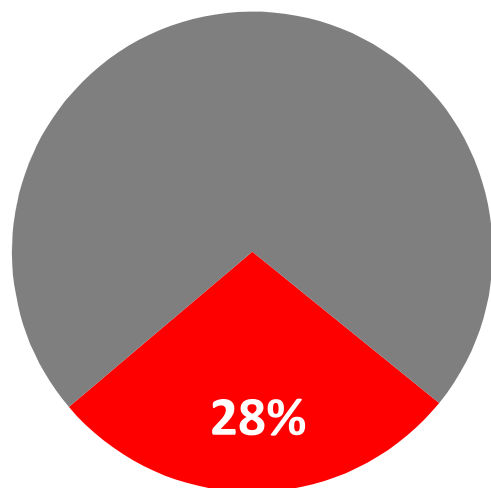


**O Lobby de
concessionárias do setor
elétrico pela
re-prorrogação
dos contratos que vencem
a partir de 2015**

O que vence a partir de 2015

FIESP

Geração



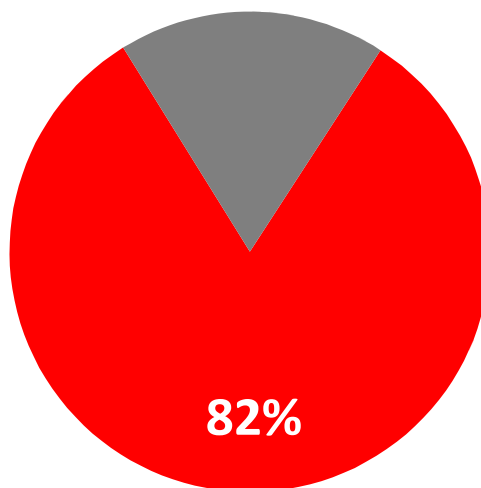
da capacidade instalada

112

Usinas já prorrogadas

Em um total de mais de 1000
usinas no Brasil

Transmissão

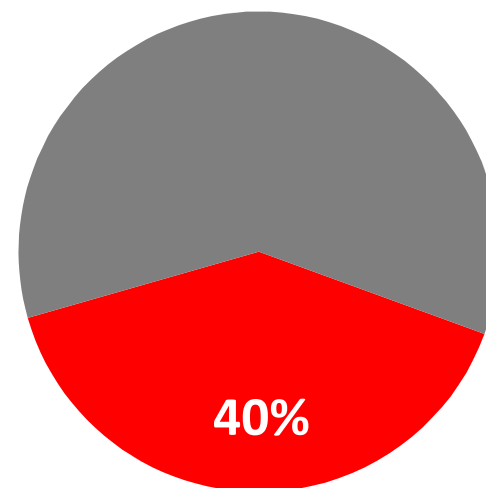


das linhas existentes

9

contratos

Distribuição



da energia do
mercado regulado

37

contratos

re-prorrogação
x
leilão por menor tarifa

Cenário de *re-prorrogação* (2011)

Geração



- Energia assegurada das usinas vencedoras:

23 GW médios

- Preço médio praticado no mercado regulado das usinas amortizadas (março de 2011):

R\$ 90,98/MWh

- Prazo da *re-prorrogação*:

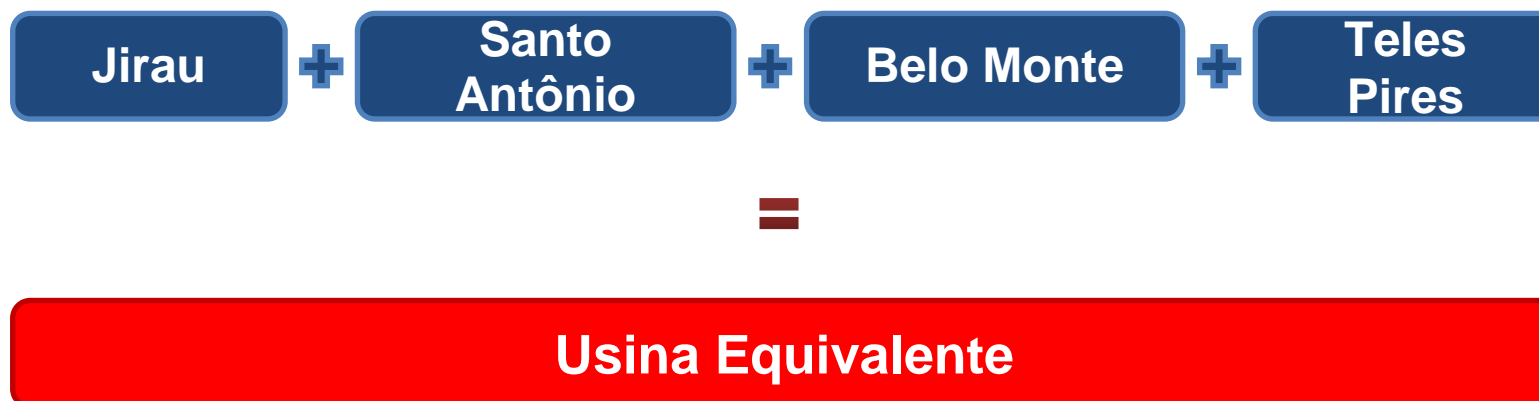
35 anos

Cenário de Licitação

Geração



- A Fiesp criou uma **usina hidroelétrica de referência**, a partir dos dados públicos dos leilões das usinas de Jirau, Santo Antônio, Belo Monte e Teles Pires. (resultado do investimento, da receita, dos custo operacional, pagamento de impostos e encargos, TIR, etc):



Cenário de Licitação

Geração



Preços atualizados (IPCA)	Data do Leilão	Preço de Venda Final (R\$/MWh)
Santo Antonio	10/12/2007	94,53
Jirau	19/5/2008	83,14
Belo Monte	20/4/2010	82,41
Teles Pires	17/12/2010	59,77
Média Ponderada (IPCA março/2011)		82,54

- O preço médio da energia das usinas amortizadas, também em março de 2011, era de **R\$ 90,98/MWh**, superior ao preço médio (**R\$ 82,54/MWh**) das usinas em construção.

- Inicialmente foi calculado o fluxo de caixa por 35 anos, adotando-se o valor de O&M de **R\$ 6,80/MWh** (o Secretário-Executivo do MME, Marcio Zimmermann, declarou que o custo de O&M é, no máximo, 2% do custo da energia, ou seja, **R\$ 1,80/MWh**). O resultado após impostos foi trazido a valor presente.
- Este resultado foi espelhado no cenário de uma usina já amortizada, dobrando-se o valor de O&M (**R\$ 13,60/MWh**), para calcular o preço da energia necessário à obtenção da mesma TIR da usina de referência.

Cenário de Licitação

Geração



- O resultado é um preço de **R\$ 20,69/MWh**. Este resultado é o preço da energia descontada a amortização, mantido o mesmo resultado financeiro líquido original. Isto é, a amortização corresponde, em média a **75% do preço da energia da usina de referência** ou **77% da média de preço da energia velha**.
- Este valor foi considerado como provável resultado médio dos leilões de licitação das usinas velhas, entretanto:
 - Se o valor de O&M apurado pelos novos concessionários for de R\$ 6,80/MWh, o valor médio final dos leilões seria **R\$ 13,88/MWh** ou **85% menor que o preço médio da energia velha** (o valor de O&M da CESP, segundo o balanço de 2011, é de **R\$ 7,85/MWh**).

- Se o Ministro Marcio Zimmermann estiver correto, e o valor de O&M apurado pelos novos concessionários for R\$ 1,80/MWh, o valor médio dos leilões será de **R\$ 8,88/MWh ou 90% menor que o preço médio da energia velha.**
- Além do custo de O&M, novos concessionários levarão em consideração a nova realidade de menor custo de capital no Brasil, avanços tecnológicos e ganhos de eficiência na gestão, o que poderá **reduzir ainda mais o resultado dos leilões.**

Cálculo do custo evitado (35 anos)

Geração



- Total da energia: **23,0 GW médios**
- Cenário de *re-prorrogação*: **R\$ 90,98/MWh**
Total do bloco de energia: **R\$ 641,60 bilhões**
- Cenário de leilões: **R\$ 20,69/MWh**
Total do bloco de energia: **R\$ 145,90 bilhões**
- Diferença (custo evitado): **R\$ 495,70 bilhões**

Cenário de *re-prorrogação*

Transmissão



- Manutenção do valor da Receita Anual Permitida (RAP) atual paga às concessionárias.
- Manutenção da Base de Ativos Blindada (ativos existentes no momento da prorrogação de 1995, que não sofre alteração até o fim do contrato).
- Prorrogação por mais 30 anos.

Cenário de Licitação

Transmissão



- Exclusão na RAP da base de remuneração do Sistema Existente (RBSE), por estarem completamente amortizados.
- Exclusão na RAP da base de remuneração dos Novos Investimentos (RBNI), parcialmente amortizados. O montante não amortizado será liquidado com recursos da RGR.
- Diminuição de 10% do custo de operação e manutenção (ganho de eficiência).
- Redução da taxa de remuneração de 7,24% (atual) para 5,5% (ANEEL - novos leilões)

Cálculo do Custo Evitado (30 anos)

Transmissão



Re-prorrogação: **R\$ 290,98 bilhões**

Leilões : **R\$ 51,86 bilhões** (redução de 82%)

Diferença: **R\$ 239,12 bilhões**

Cálculo da diferença

Geração + Transmissão



Somando o custo de geração, mais a tarifa de transmissão, mais a alíquota média de **20% de ICMS** (23,0 GW médios):

Re-prorrogação: **R\$ 1,165 trilhão**

Leilão: **R\$ 247,21 bilhões**

Custo evitado para o consumidor:

R\$ 918,52 bilhões

Energia cara



Custo O&M hidroelétrica: **R\$ 6,80/MWh**

Preço geradora para distribuidora: **R\$ 90,98/MWh**

Tarifa ao consumidor: **R\$ 380,00/MWh**

A energia no Brasil é a
4ª mais cara do mundo

Repercussão na economia:

Para cada R\$ 100,00 que
o brasileiro paga todo mês na
conta de luz outros

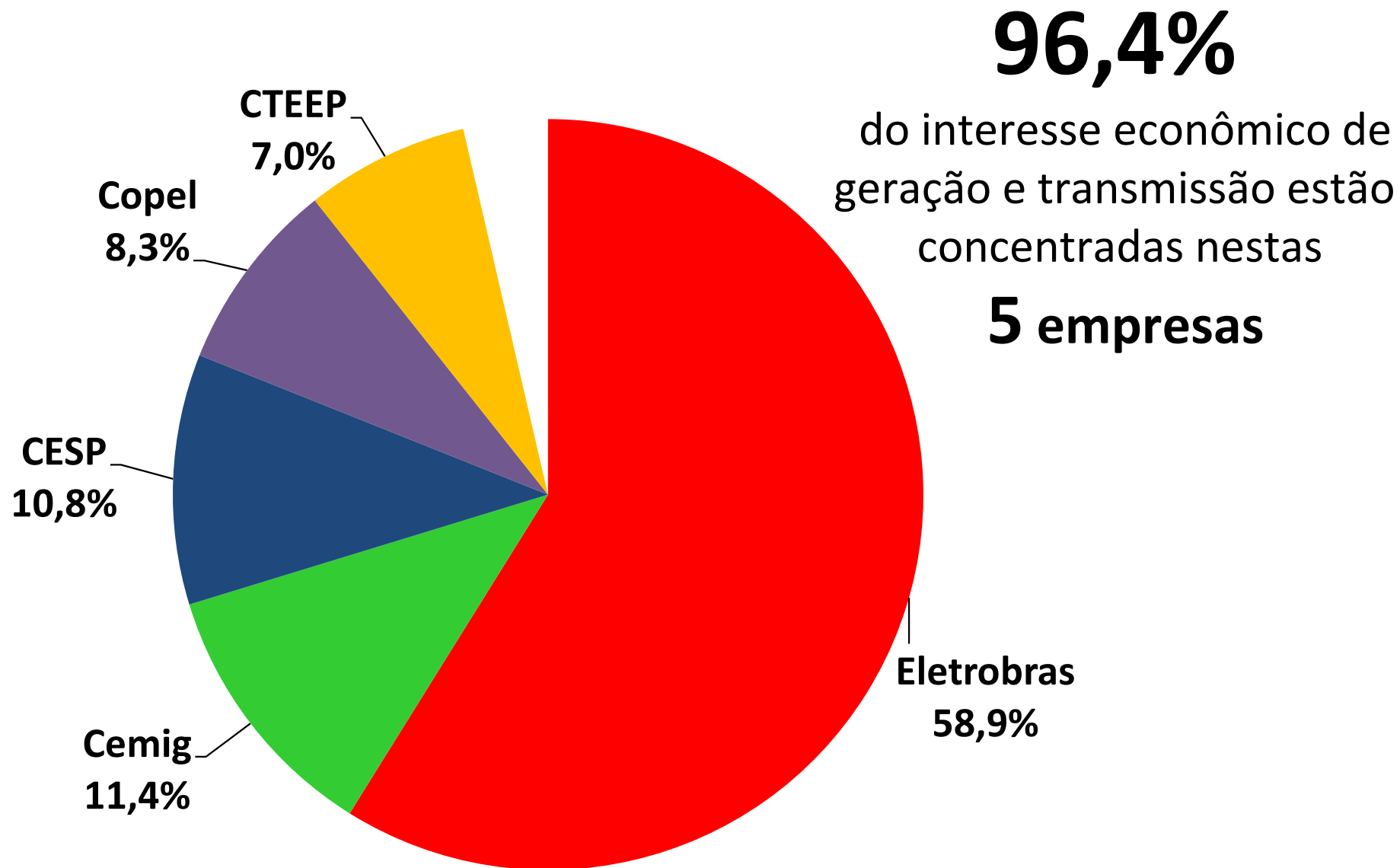
R\$ 200,00

são pagos no preço de
produtos e serviços consumidos

**A quem interessa a
*re-prorrogação?***

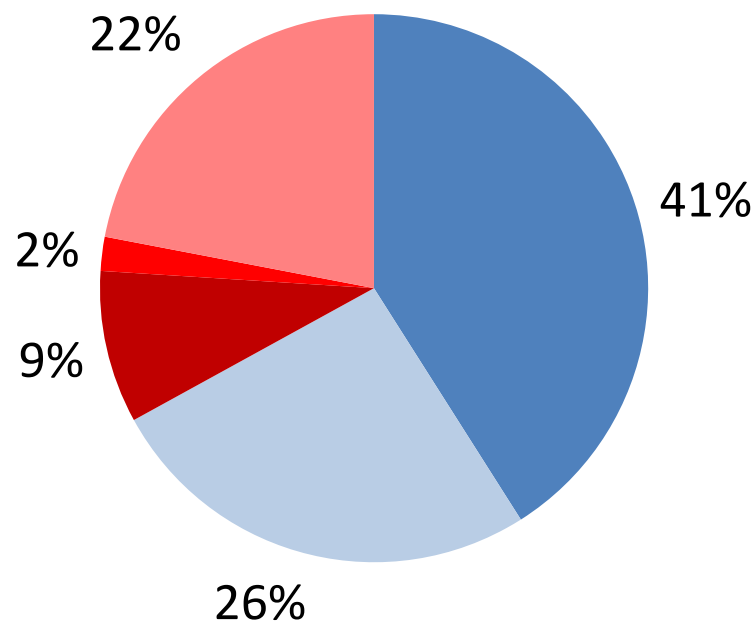
A quem interessa a *re-prorrogação*?

FIESP



Setor Público: 67%

Setor Privado: 33%



■ União / Governo Federal

■ Inst. Financeiras Públicas Fed.

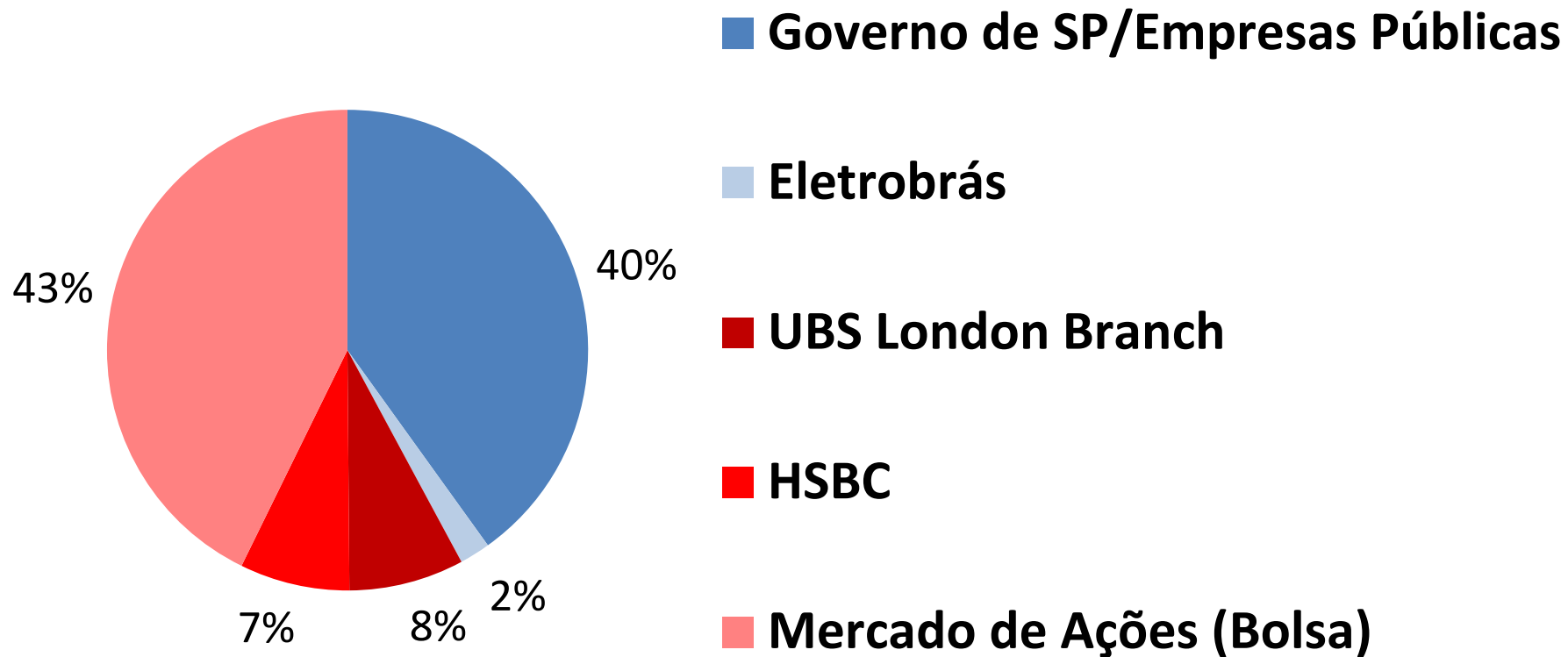
■ JP Morgan Chase Bank

■ Skagen K T Verdipapirfond

■ Mercado de Ações (Bolsa)

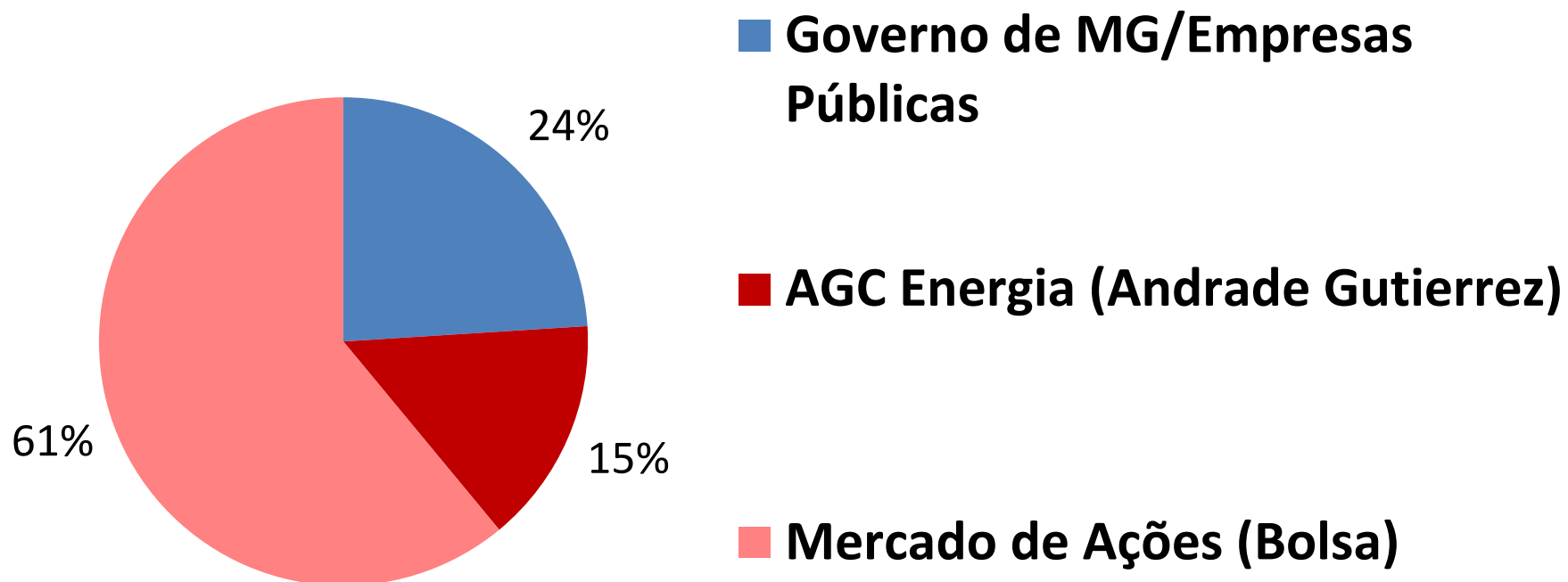
Setor Público: 42%

Setor Privado: 58%



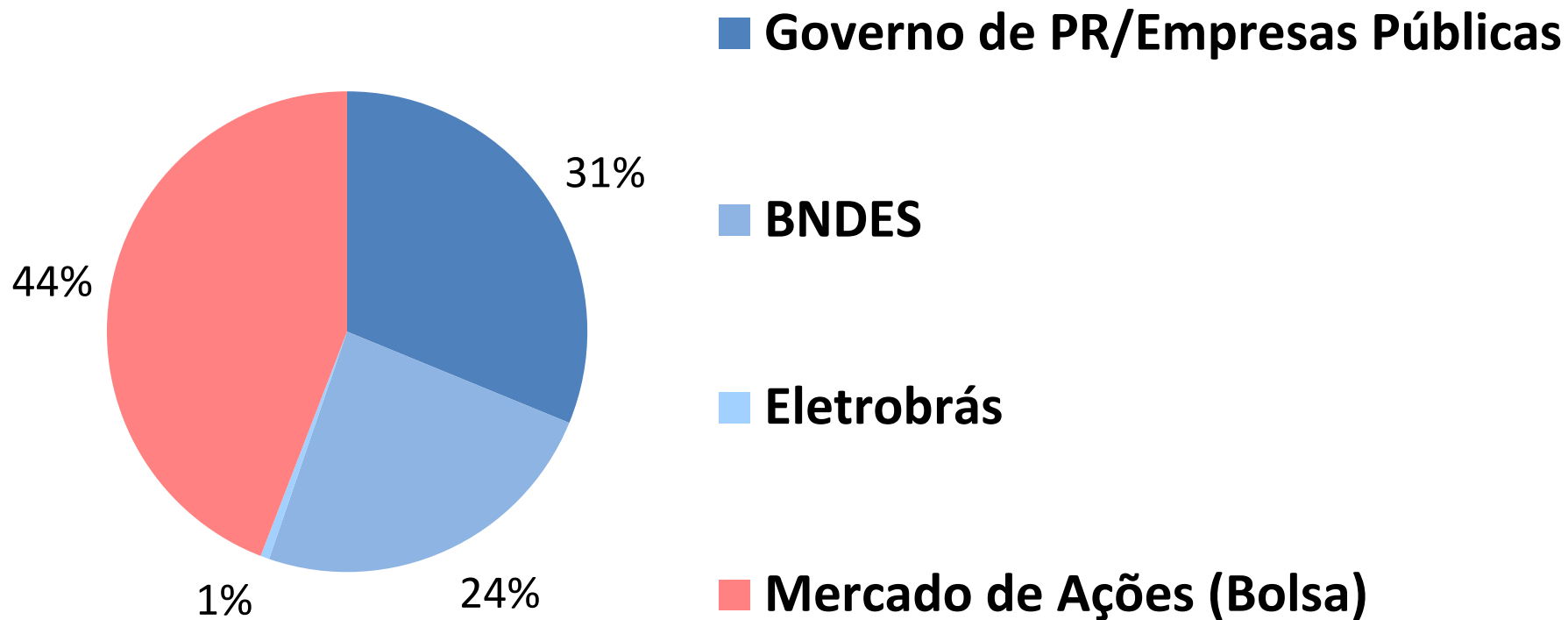
Setor Público: 24%

Setor Privado: 76%



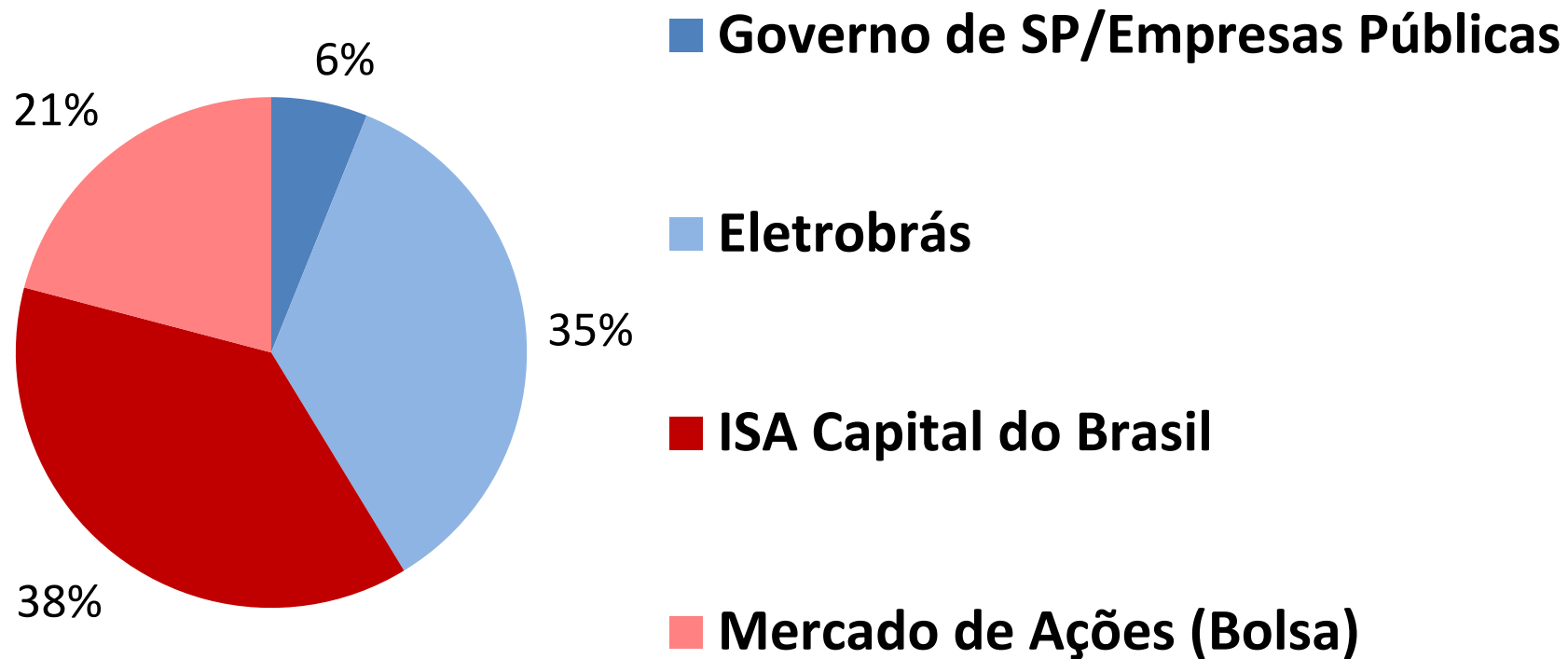
Setor Público: 56%

Setor Privado: 44%



Setor Público: 41%

Setor Privado: 59%



**A quem interessam
os novos leilões?**

A quem interessam os leilões?





**Lançamento da campanha
em agosto de 2011**

- 1. A desconstrução de argumentos**
- 2. A compreensão da mídia**
- 3. A mobilização da sociedade**
- 4. A divisão no Governo Federal**

A Fiesp quer o **expurgo da amortização** do preço da energia e seus serviços, por meio da concorrência estabelecida em **leilões públicos** que resulte em **valor justo de energia** para todos os brasileiros.

O MME e a Aneel anunciaram um iminente pacote para **reduzir 10%** da tarifa de energia.

Essa ação está baseada na **eliminação de alguns encargos setoriais** da tarifa e uma mínima redução dos preços da energia.

Esta proposta preserva os patamares atuais de remuneração das concessionárias e mantém o ônus para a população: **o ganho do consumidor de energia elétrica será pago pelos contribuintes de impostos.**



Nós todos, brasileiros, já pagamos uma parte das nossas hidrelétricas. Então, elas estão amortizadas. Nós queremos devolver isso por meio de uma redução do custo da energia.



Dilma Rousseff, OESP 28/07/2012

Paulo Skaf, Presidente da Fiesp

A conta de luz vai baixar: a nova expectativa do mercado.

Valor Econômico, quarta-feira, 22 de agosto de 2012,
página B7:

**“Tarifa da Cesp pode baixar
para R\$ 30 por MWh”**

“(…)

‘As tarifas da Cesp poderiam cair para **R\$ 30 por MWh** e a receita anual da CTEEP poderia **baixar mais de 50%** em 2013’, escreveu o analista do banco Safra, Sérgio Tamashiro, sobre um encontro realizado ... com o diretor da ... Aneel, Julião Coelho. No segundo trimestre, o **preço médio da energia vendida pela Cesp foi de R\$ 96,94.**”

“... Coelho mencionou que o governo deve aceitar que apenas **despesas operacionais, abaixo de R\$ 20 por MWh para a maioria das geradoras,** sejam repassadas para as tarifas durante a proposta de renovação de concessões. **"Nosso sentimento tornou-se um pouco mais negativo..."**”

“Antes, era esperado que as geradoras e transmissoras pudessem repassar às tarifas alguma taxa de retorno sobre os ativos, ainda que inferiores a 7,5%, na renovação das concessões. Mas a hipótese tornou-se mais remota. Segundo Tamashiro, **a agência reguladora considera que não haveria ativo fixo líquido a ser remunerado após 2015.**”

Um Governo fechado em copas:

O Governo Federal pretende resolver sozinho o destino de R\$ 1 trilhão, estabelecendo **um diálogo à portas fechadas entre Governo e empresas estatais.**

Apenas a livre concorrência entre os diversos agentes econômicos interessados na cessão desses ativos, ao participarem de processo licitatório, trará os preços da energia e seus serviços a patamares justos.

1. A redução de preços da energia e seus serviços.
2. A redução de impostos e encargos.
3. A desindexação dos contratos do setor elétrico.

Os efeitos na tarifa de energia elétrica



- **Geração:** 36% da tarifa média. Retirando a amortização por meio dos leilões, a redução tarifária final seria de **12%.**
- **Transmissão:** 9% da tarifa média. Retirando a amortização por meio de leilões a redução na tarifa ao consumidor seria de **6%.**
- **Distribuição:** Para o lote de concessões vencidas, o impacto é regional e não pode ser considerado na tarifa média nacional.

Os efeitos na tarifa de energia elétrica



- **Encargos:** é preciso chegar a uma redução de pelo menos **10%** na tarifa final.
- **Tributos federais:** redução do Pis/Cofins deverá representar **2%** da tarifa final.
- **Tributo Estadual:** sem alterar alíquotas do ICMS (média nacional de 20%), a redução da base de cálculo implicará em uma redução na tarifa de **6%.**

Os efeitos na tarifa de energia elétrica



■ Resultado esperado:

redução de
36%
na tarifa de energia elétrica

A questão jurídica

Contratos que vencem a partir de 2015: situação de fato

outorga → empresa pública → 1995 contrato de **concessão** → concessionária → prorrogação por 20 anos → prestação de serviço → fim do contrato → ???

Modelo constitucional:

licitação → vencedor → contrato de concessão → concessionária → prestação de serviço → fim do contrato → **licitação**

Proposta do MME:

licitação → vencedor → contrato de concessão → concessionária → prestação de serviço → fim do contrato → **re-prorrogação** → **re-prorrogação** → **re-prorrogação** → **re-prorrogação** →...

Esta proposta **perpetua** a utilização do Bem Público pelo mesmo grupo econômico (capitanias hereditárias) e representa uma **alienação de fato** dos ativos de infraestrutura. Também **suprime o rito da licitação** no processo de contratação do serviço público.

**Este modelo é compatível
com a Constituição brasileira?**



A prorrogação não pode mascarar uma nova concessão, para cuja outorga há que se passar pelas fases obrigatórias, inclusive pela escolha impessoal da concessionária...



Ministra Carmem Lúcia, do STF

As novas hidroelétricas Jirau, Santo Antônio, Belo Monte e Teles Pires, e todas as demais que virão, em obediência ao § 9º do Art. 4º da Lei 10.848/2004, **não têm direito sequer a uma prorrogação de contrato.** Findo o período de exploração comercial por 35 anos, o ativo será revertido ao Patrimônio da União.

Convivendo com 2 modelos completamente diferentes, **o melhor negócio do setor elétrico será construir um ativo novo ou comprar ações de empresas que têm direito a re-prorrogações sucessivas?**

Lei casuística: Lei que beneficia agente econômico identificado, com endereço, CNPJ e composição acionária conhecidos.

União → beneficia a União na Eletrobras

União → beneficia estatais estaduais e grupos privados



Lei casuística é aquela que dá tratamento discriminatório ou arbitrário, seja para prejudicar, seja para favorecer. Resta evidente, assim, que a elaboração de normas de caráter casuístico afronta, de plano, o princípio da isonomia



Ministro Gilmar Mendes, do STF

A questão jurídica



O tempo médio de concessão desse grupo de usinas é **56 anos**. A *re-prorrogação* aumenta o tempo médio para **76 anos**. Algumas delas são exploradas há mais de **70 anos**, *re-prorrogadas*, caracterizar-se-ão como concessões **quase centenárias**.

Quanto tempo **tem que viver um brasileiro** para exercitar sua expectativa de direito em participar de um leilão dessas usinas?

Uma Lei casuística, **que fere o princípio da isonomia e desrespeita o tratamento de igualdade** previsto para contratação de serviços públicos, pode ser questionada quanto à sua **constitucionalidade**?

O inciso XXXII do Art. 5º, do Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais – da Constituição do Brasil, estabelece que **“o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”**

Ao não promover a defesa dos direitos do consumidor, não respeitar o princípio da igualdade, não dar tratamento isonômico a todos os agentes econômicos, adotando um modelo casuístico, há comprometimento de garantias e direitos individuais, consideradas cláusulas pétreas da Carta Magna do Brasil?

- A resolução dessa questão não afeta apenas **esse lote de concessões do setor elétrico**. Ela tem o poder de contaminar todos os empreendimentos em construção e futuros.
- A resolução dessa questão não afeta apenas o setor elétrico. Ela tem o poder de contaminar o regime de concessão de **portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, telecomunicações, transporte rodoviário, etc.**
- **Portanto, está em jogo a segurança jurídica do modelo de concessões no Brasil.**

**ENERGIA
A PREÇO
JUSTO**
BASTA CUMPRIR A LEI.



www.energiaaprecojusto.com.br

FIESP